

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: Matérias que citam o ministro Fernando Coelho Filho ou o MME:

Folha de S. Paulo

[Título: Em reunião, Temer diz que deve manter o horário de verão neste ano](#)..... 6

O Estado de S. Paulo

[Título: Licitação de óleo e gás atrai 32 companhias](#) 23

Sumário

VEÍCULO: O Globo	3
Título: ...e veta	3
Autor: Ramona Ordonez e Bruno Rosa	3
Título: Risco ambiental paira sobre leilão da ANP	3
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	6
Título: Em reunião, Temer diz que deve manter o horário de verão neste ano.....	6
Título: Pautas de viés conservador avançam na gestão de Michel Temer	7
Título: SP pode levar US\$ 40 bi em nova licitação de petróleo	12
Título: Destino de bateria de carros elétricos será desafio do setor	14
Título: Ilhabela vive benefício e risco dos royalties	15
Título: Países ricos voltam a devorar petróleo.....	17
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	19
Título: O carro elétrico lá fora e aqui	19

Título: Com perda de usinas, Cemig será forçada a focar em distribuição.....	20
Título: Elétrica une adversários mineiros.....	22
Título: Licitação de óleo e gás atrai 32 companhias	23
Título: Regras mais flexíveis fizeram aumentar interesse.....	25
Título: Royalties do pré-sal enriquecem Ilhabela.....	25
Título: Macaé quer renascer com os novos leilões	27
VEÍCULO: Correio Braziliense	28
Título: Geração solar aumenta, mas abaixo do potencial.....	28
Título: R\$ 21,4 bi com leilões	30
Título: À beira de um colapso.....	31

VEÍCULO: O Globo**Seção: Colunas****Autor: Lauro Jardim****Título: ...e veta**

Já a compra da Liquigás (Petrobras) pela Ultragaz (grupo Ultra) será vetada, em janeiro, por causa da concentração excessiva de mercado.

VEÍCULO: O Globo**Seção: Economia****Autor: Ramona Ordonez e Bruno Rosa****Título: Risco ambiental paira sobre leilão da ANP**

Dos 287 blocos da 14a. rodada, 177 têm sobreposição com áreas de proteção, o que dificultaria licenciamento

Às vésperas de mais um leilão de petróleo, o risco ambiental surge como a maior preocupação para empresas e advogados. Dos 287 blocos que serão ofertados na 14ª rodada, na quarta-feira, 177 têm algum tipo de entrave ecológico. Há áreas que se sobrepõem a reservas ambientais e unidades de conservação ; na Bacia do Parnaíba, no Piauí, há sítios arqueológicos, enquanto nas águas da Bacia de Campos foram observadas espécies de baleias ameaçadas de extinção. O levantamento foi feito pelo GLOBO com base nas informações do edital elaborado pela Agência Nacional do Petróleo (ANP).

No mar, serão ofertados 110 blocos, distribuídos pelas bacias de Campos, Espírito Santo, Santos e Sergipe-Alagoas. Já em terra serão 177 blocos, nas bacias do Espírito Santo, Paraná, Parnaíba, Potiguar, Recôncavo e Sergipe-Alagoas. Segundo especialistas e fontes ouvidas pelo GLOBO, o governo espera arrecadar com o leilão entre R\$ 1,69 bilhão — se todos os blocos forem arrematados sem ágio — e R\$ 2 bilhões.

— Meu sentimento é que o resultado do leilão será apenas razoável. Se chegar aos R\$ 2 bilhões, será muito bom. As empresas estão todas preocupadas com o Ibama. A expectativa é que a Petrobras não participe, pois não parece ser estratégico para ela. Acredito que as companhias de grande porte estão direcionando seus olhares para os leilões do pré-sal, que ocorrem em outubro — disse uma fonte que não quis ser identificada.

A preocupação das empresas se justifica: a francesa Total, por exemplo, teve o início de sua atividade exploratória em blocos no Foz do Amazonas, arrematados em 2013, negado pelo Ibama. O órgão fez novas exigências após a

descoberta de corais na região. Advogados citam ainda decisões judiciais que proíbem o uso de fraturamento hidráulico (conhecido como fracking) nas bacias do Paraná e do Recôncavo.

QUESTÕES PODEM REDUZIR INTERESSE DE EMPRESAS

Thiago Almeida, especialista em Energia do Greenpeace, considera especialmente preocupante a possibilidade de haver exploração por fracking na Bacia terrestre do Recôncavo. Outras ONGs apontaram que o edital deixaria espaço para o uso do fraturamento hidráulico, no caso de ser confirmada a existência de petróleo e gás não convencional (o chamado shalgas).

— Além do Recôncavo, as bacias do Parnaíba e do Paraná têm reservas de petróleo ou gás não convencional. Nosso foco é investir em tecnologias do futuro e não em tecnologias do século XIX, no momento em que o mundo está em transição das energias fósseis para uma matriz limpa — afirmou Almeida, para quem o Brasil deveria investir em energia solar e eólica.

Até em bacias maduras como a de Campos, cuja exploração completa quatro décadas neste ano, há risco de afetar espécies em extinção: recentemente, foram registradas baleias na região. Em Sergipe-Alagoas, destacam os especialistas, a licença ambiental pode não ser concedida, já que na região há áreas de reprodução de tartarugas.

Giovani Loss, sócio do escritório Mattos Filho e especialista na área de óleo e gás, ressalta que, dos 287 blocos oferecidos, 97 (cerca de 33%) se encontram em bacias cujas áreas demarcadas foram alteradas a fim de evitar conflitos ambientais na fase pré-edital após avaliações preliminares dos órgãos governamentais de proteção ao meio ambiente. Para Loss, a mais problemática em termos ambientais é a bacia terrestre do Recôncavo, na Bahia, porque nela há blocos sobrepostos a áreas consideradas patrimônio histórico e cultural da Humanidade.

— Apesar dos pareceres positivos dos órgãos para a realização da rodada, seus relatórios apontaram ocorrências de espécies em extinção em todas as bacias — disse Loss. — Além disso, a demarcação das áreas em todas as bacias apontou sobreposição com unidades de conservação ambiental, o que poderia gerar restrições ou necessidade de estudos aprofundados para o licenciamento ambiental.

Ele acredita que as restrições ambientais vão pesar na decisão das petrolíferas, já que as dificuldades enfrentadas pela Total são sempre citadas nas conversas entre os empresários do setor: — Com certeza as questões ambientais podem reduzir o interesse de algumas áreas, mas há empresas com mais ou com menos apetite pelo risco. O leilão vai ser bom, mas não maravilhoso.

Carlos Roberto Siqueira Castro, sócio do Siqueira Castro Advogados, argumenta que o governo precisa criar mecanismos de compensação para o caso de questões ambientais impedirem a exploração dos blocos arrematados nos leilões: — O governo federal deveria encontrar uma forma para honrar seus compromissos licitatórios, pois é muito grave para uma empresa ficar à mercê de fatos aleatórios futuros. No caso da Total, o bloco foi arrematado em 2013, e os corais foram descobertos em 2016. É preciso criar mecanismos compensatórios inteligentes, pois isso traz insegurança jurídica para o investidor.

Em nota, a Total explicou que está avaliando o pedido do Ibama, de 29 de agosto, solicitando informações sobre a exploração dos blocos da Bacia da Foz do Amazonas. Segundo a empresa, o processo de licenciamento ambiental está em andamento. — A questão ambiental é um problema sério, mas o investidor vai avaliar se vale a pena correr o risco e vai precificar isso no valor da oferta que for fazer. Não é diferente do que acontece no Golfo do México e no Mar do Norte — disse Siqueira Castro.

Para Alexandre Calmon, sócio do Vieira Rezende Advogados, as restrições ambientais nos blocos da 14ª rodada não são de grande magnitude. Ele não acredita que isso vá reduzir o apetite do investidor:— São áreas onde, em sua maioria, já existe grande atividade exploratória.

Na Bacia do Espírito Santo, dos 26 blocos, todos encontram algum tipo de entrave ambiental por estarem em áreas de conservação da biodiversidade. Além disso, todos os 19 campos estão em áreas da aplicação da Lei da Mata Atlântica, que prevê restrições a fim de evitar a redução da vegetação nativa. Há ainda blocos próximos à Área de Proteção Ambiental dos Abrolhos, onde vazamentos causariam danos irreparáveis ao santuário ecológico.

Na Bacia de Sergipe-Alagoas, todos os 46 blocos em terra também estão sob a Lei da Mata Atlântica. Na parte marítima, a presença de tartarugas-marinhas é alvo já de disputas. — Tentou-se tirar áreas marítimas de Sergipe-Alagoas do leilão, por ser algo de difícil recuperação. Cinco blocos em mar estão a menos de 50 quilômetros de áreas protegidas de marinha e de unidades de conservação — disse Leandra Soares, advogada ambientalista da Soares Advogados.

Na Bacia do Parnaíba, as áreas se sobrepõem ao Parque Estadual do Mirador. Além disso, o processo de licenciamento ambiental terá de considerar aspectos relativos a sítios arqueológicos e manifestações culturais. Dos 24 blocos ofertados, 14 têm entraves ambientais. Em Pelotas, há o risco de vazamentos atingirem o Uruguai. Na Bacia do Paraná, todos os 11 blocos estão em áreas protegidas. Em Potiguar, teme-se a contaminação de aquíferos.

ANP: "NÃO HÁ QUE SE FALAR EM RESTRIÇÕES"

Apesar da preocupação de ambientalistas e empresários, a ANP garantiu não haver motivos. Segundo a agência, as exigências contidas nos pareceres ambientais apresentados na 14ª rodada "são usuais". O órgão afirma que nos estudos preliminares foram atendidas todas as propostas de exclusão ou adequação de áreas, encaminhadas pelos órgãos estaduais de meio ambiente e pelo Grupo de Trabalho Interinstitucional de Atividades de Exploração e Produção de Óleo e Gás (GTPEG), formado por Ibama, Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), Ministério de Meio Ambiente e Agência Nacional de Águas (ANA).

"Portanto, não há que se falar em restrições ambientais para as áreas que serão ofertadas no leilão. Trata-se apenas da identificação, por parte dos órgãos ambientais, de elementos que nortearão o nível de exigência dos futuros processos de licenciamento ambiental que irão impor condicionantes específicas, em acordo com a sensibilidade ambiental da área."

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Seção: Mercado****Autor: GUSTAVO URIBE DE BRASÍLIA****Título: Em reunião, Temer diz que deve manter o horário de verão neste ano**

O presidente Michel Temer afirmou neste domingo (24) que deve manter a adoção do horário de verão neste ano. O governo avaliava a conveniência ou não de adotar a mudança no relógio neste ano, de acordo com informação da Casa Civil da Presidência da República.

Segundo relatos de presentes, em reunião com ministros e parlamentares no Palácio do Jaburu, ele afirmou que a tendência é não extingui-lo, mas que ainda espera análise do **Ministério de Minas e Energia**.

No encontro, a equipe presidencial considerou que o horário de verão já se tornou um hábito dos brasileiros e que sua mudança pode criar um desgaste desnecessário ao presidente.

A discussão da mudança ocorre no momento em que o peemedebista tenta barrar nova denúncia contra ele, desta vez por obstrução judicial e organização criminosa. Ainda assim, o Palácio do Planalto promoverá nesta semana uma enquete no portal oficial do governo federal para avaliar o impacto de uma eventual mudança.

Desde 2008, um decreto presidencial estabelece as datas para o início e término do programa de economia de energia.

A última edição foi de 16 de outubro de 2016 a 19 de fevereiro de 2017. No período, a economia foi de R\$ 159,5 milhões, decorrentes da redução do uso de usinas termelétricas para complementar a geração de energia. O valor ficou abaixo do verificado na edição anterior (2015/2016), quando foram poupados R\$ 162 milhões.

A economia reflete o maior uso de iluminação natural neste período, quando os relógios são adiantados em uma hora nos Estados das regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste do país. A alteração não vigora nos Estados do Norte e Nordeste. O horário de verão vem perdendo importância. Nos últimos anos, o horário de pico no consumo de energia se deslocou do início da noite para o início da tarde, principalmente no verão, quando um maior número de aparelhos de ar condicionado está em operação.

O programa foi instituído pela primeira vez no Brasil no verão de 1931/1932 e vem sendo adotado continuamente desde 1985.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: RANIER BRAGON ANGELA BOLDRINI NATÁLIA CANCIAN RUBENS
VALENTE DE BRASÍLIA

Título: Pautas de viés conservador avançam na gestão de Michel Temer

Em 16 meses de gestão de Michel Temer, demandas do empresariado e de setores que defendem posições conservadoras tiveram avanço significativo no Executivo e no Congresso.

Propostas encampadas por campos opostos, por outro lado, não registraram movimentação expressiva no governo ou no Legislativo, que nas últimas eleições assistiu a um crescimento das bancadas da bala (segurança pública), evangélica e ruralista.

Assim que assumiu, em 12 de maio de 2016, Temer recebeu uma pauta de reivindicações de representantes do empresariado e dos ruralistas, dois segmentos que apoiaram o impeachment de Dilma Rousseff (PT).

A CNI (Confederação Nacional da Indústria) enviou um documento com 36 "propostas para o Brasil sair da crise". Pelo monitoramento da entidade, 29 avançaram. Já os ruralistas encaminharam 17 pontos prioritários, dos quais 13 foram atendidos.

"O governo correspondeu plenamente às nossas expectativas. Foram ações de coragem, de um governo que não está pensando nas eleições do ano que vem. Acho que ele ousou em muita coisa", afirma o deputado federal Marcos Montes (PSD-MG), presidente da Frente Parlamentar do Agronegócio.

"Não há dúvida de que [o governo] tem tido maior capacidade de condução", disse o diretor de Política e Estratégia da CNI, José Augusto Fernandes.

Entre os destaques para esses dois setores estão a reforma trabalhista, a regulamentação da terceirização, o fim da obrigatoriedade de participação da Petrobras na exploração do pré-sal, o programa de refinanciamento de débitos tributários das empresas, uma generosa renegociação de débitos dos produtores rurais, a lei de regularização fundiária e a flexibilização das regras de licenciamento ambiental.

Há ainda o "marco temporal", uma interpretação jurídica da AGU (Advocacia Geral da União) que retira dos índios o direito de reivindicar terra sobre a qual não estavam em outubro de 1988.

Temer não assinou nenhum decreto de homologação, última etapa do processo de demarcação. Segundo levantamento da organização não governamental ISA (Instituto Socioambiental), "o desempenho de Temer já é considerado o pior para os índios desde a redemocratização", em 1985, abaixo das 21 áreas homologadas por Dilma Rousseff, 87 por Lula, 145 por FHC, 16 por Itamar Franco, 112 por Fernando Collor e das 67 por José Sarney.

Com uma das piores avaliações populares da história, Temer fez acenos a trabalhadores ao liberar o saque de contas inativas do FGTS, fundo que também teve sua rentabilidade elevada em 2017.

Em artigo, o diretor de documentação do Diap (entidade constituída por cerca de 900 entidades sindicais de trabalhadores), Antônio Augusto de Queiroz, afirmou que a atual gestão integra arranjo "em torno da agenda neoliberal". A bancada da bala também se diz satisfeita. Alberto Fraga (DEM-DF), presidente da Frente Parlamentar da Segurança Pública, afirma que a interlocução com o Planalto "melhorou 1.000%". Ele cita decretos que suavizam exigências do Estatuto do Desarmamento, como a ampliação de três para cinco anos da validade do registro de arma de fogo.

A bancada tenta votar um projeto que revê boa parte das normas no Estatuto. Se passar na Câmara, irá para o Senado –onde outro projeto polêmico está para ser votado: a diminuição da maioria penal de 18 para 16 anos.

A bancada religiosa segue barrando projetos contrários aos seus interesses. "Queira ou não, temos hoje 86% de cristãos neste país. O governo é laico, mas não o país", afirma o presidente da Frente Parlamentar Evangélica, Hidekazu Takayama (PSC-PR). Um projeto de interesse do grupo é o Escola Sem Partido, que acelerou em comissão na qual 15 de 23 membros são religiosos.

"O que está avançando no governo Temer é uma pauta mais moral. Não no sentido de ser contra a corrupção, mas de costumes", diz o deputado Flavinho (PSB-SP).

Na outra ponta, parlamentares de esquerda relatam dificuldade. Projeto de Jean Wyllys (PSOL-RJ) para regulamentar a prostituição travou desde 2015. O mesmo para o que trata do direito à identidade de gênero.

A agenda de Temer nesses 16 meses mostra que ele se encontrou com representantes de 42 empresas, 5 vezes com a bancada ruralista e 7 com entidades e líderes evangélicos. Na outra ponta, teve 6 reuniões com centrais sindicais e nenhuma com movimentos quilombolas ou indígenas.

GOVERNO DIZ QUE ATUA 'SEM DISTINÇÕES'

A Casa Civil, vinculada à Presidência, afirmou que a gestão de Michel Temer atende às demandas de todos grupos, sem distinção.

"Todas as demandas que chegam ao governo pelos efetivos representantes das categorias têm sido respondidas no tempo hábil", afirma em nota.

O presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), disse que a "pauta da Câmara tem dois focos: a reforma do Estado brasileiro e a segurança jurídica pra geração empregos". Citando a situação do Rio, ele também disse que as pautas de segurança pública não são "da bancada [da bala] e sim da sociedade."

O ministro do Meio Ambiente, Sarney Filho (PV-MA), disse que "não houve retrocesso ambiental no Brasil". "O ministério tem priorizado a execução de suas atividades finalísticas, especialmente as de comando e controle, que dão suporte à fiscalização ambiental contra o desmatamento, os incêndios e queimadas ilegais", afirmou, em nota.

O ministério citou 13 pontos em que aponta avanços, entre os quais a "reversão da curva do desmatamento na Amazônia, que era ascendente há cinco anos", a ampliação do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros (GO), "de 64 mil para 240 mil hectares", o "desestímulo às usinas termelétricas movidas a carvão mineral e a óleo combustível", entre outros.

Segundo o ministério, "por recomendação do ministro" Temer "vetou as medidas provisórias que diminuiriam áreas protegidas na Amazônia".

Sobre o parecer corroborado por Temer que vinculou o chamado "marco temporal" aos processos de demarcação de terras indígenas, em julho a AGU (Advocacia Geral da União) afirmou que a medida vai garantir segurança jurídica.

A respeito da redução da terra indígena Jaraguá, em São Paulo, o ministro da Justiça, Torquato Jardim, afirmou, durante um encontro com indígenas guaranis da região, que trabalha para dar "segurança jurídica" e que era defensor dos direitos indígenas, mesmo sofrendo "pressões imensas" de políticos ligados ao agronegócios, os quais ele não nominou. Na conversa gravada pelos índios, Jardim disse ser contrário à tese do "marco temporal" na forma adotada pelo governo.

O Ministério da Educação afirmou, em nota, ser publicamente contrário ao projeto do Escola Sem Partido. "Além disso, o ministro não discute a Educação sob o ponto de vista político e ideológico."

*

OS AVANÇOS DE CADA UM

Veja propostas que deslancharam no governo Temer em cada área e os grupos que as defenderam

Empresariado

Reforma trabalhista

Endureceu regras para ações judiciais, flexibilizou exigências trabalhistas e instituiu a prevalência, sobre a lei, do que for negociado entre patrões e empregados

Planos de saúde

Governo criou grupo para discutir a criação de planos de saúde reduzidos. Já ganhou primeiro aval da ANS na última semana. No Congresso, comissão deve propor mudanças em prol das operadoras

Terceirização

Em março/2017, o Congresso aprovou, com apoio de Temer, projeto que liberou a terceirização no país para qualquer ramo das empresas, incluindo o principal, da chamada atividade-fim

Guerra fiscal

Em agosto/2017 foi sancionada lei que convalidou benefícios fiscais concedidos por Estados a empresas sem autorização do Confaz (Conselho Nacional de Política Fazendária)

Pré-sal

Em novembro/2016, Temer sancionou projeto aprovado no Congresso que tirou da Petrobras a obrigatoriedade de ser a operadora única do pré-sal, regra criada no governo Dilma Rousseff

Dívidas de empresas

Governo lançou neste ano programa de refinanciamento de débitos tributários de empresas. Apesar de a medida já estar em vigor, Congresso discute alteração das regras

Empresariado e bancada religiosa

Educação e diversidade

Por pressão da bancada evangélica, Ministério da Educação retirou da base nacional curricular todas as menções a "identidade de gênero" e "orientação sexual"

Bancada religiosa

Aborto

Projeto que inclui veto a aborto -incluindo os casos permitidos por lei- tem avançado em comissão na Câmara. Proposta é incluir, na Constituição, que o direito à vida ocorreria "desde a concepção"

Escola sem partido

Proposta da bancada religiosa, que inclui nos princípios do ensino "respeito às convicções do aluno, seus pais e responsáveis". Está prestes a ter parecer em comissão

Ambientalistas, indígenas, quilombolas

Hidrelétricas

Em agosto/2016, vitória de ambientalistas porque o Ibama negou licença ambiental para hidrelétrica no rio Tapajós. Em novembro/2016, negada autorização para hidrelétrica em SP

Ruralistas

Terras indígenas

Nenhuma terra indígena homologada por Temer em 16 meses, contra 21 no governo Dilma (2011-2016). Parecer da AGU confirmado por Temer instituiu "marco temporal", tese apoiada pelo agronegócio

Questão fundiária

Temer sancionou "lei da grilagem", com legalização de áreas invadidas por particulares "maiores que um módulo fiscal e até 2.500 hectares". Retira exigências ambientais para regularização fundiária

Meio ambiente

Caso Renca: liberação de áreas protegidas para exploração mineral a grandes empresas do setor. Enfraquecimento do licenciamento ambiental, com projeto avançado na Câmara, de Mauro Pereira (PMDB-RS)

Agrotóxico

Casa Civil elaborou medida provisória para alterar legislação para uso de agrotóxicos, que modifica a forma de avaliação para aprovação de substâncias. Mudança foi elaborada com participação do agronegócio

Venda de terra a estrangeiros

Governo preparou, com bancada ruralista, projeto que autoriza compra de até 100 mil hectares ou mais, desde que o comprador abra seu capital. Senado poderá discutir assunto

Dívidas rurais

Em agosto/2017, governo reduziu alíquota da contribuição do Funrural (Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural) e permitiu parcelamento de dívidas em até 180 vezes com redução de multas e juros

Amazônia

Em junho/2017, Temer recuou de duas medidas que reduziam proteção de 587 mil hectares na Amazônia. Porém, em julho, reenviou ao Congresso proposta que enfraquece proteção da floresta Jamanxim

Quilombolas

Paralisação da demarcação de territórios. Valor gasto com indenização de imóveis caiu de R\$ 13,2 milhões (2014) para R\$ 3,5 milhões (2017). Para reconhecimento dos territórios, queda de R\$ 2,1 milhões

Bancada da bala

Maioridade penal

Senado ensaia votar texto que reduz de 18 para 16 anos a maioridade penal, proposta já aprovada na Câmara; o projeto está pronto para votação na Comissão de Constituição e Justiça e já foi incluído na pauta

Armas de fogo

Por meio de decretos, o Executivo flexibilizou pontos do Estatuto do Desarmamento, aumentando prazos de validade de licenças de porte. Projeto já aprovado em comissão na Câmara pretende esvaziar outros

Grupos de defesa lgbt e de defesa dos direitos das mulheres

Direitos das mulheres

Como ocorre todo ano na semana do Dia Internacional da Mulher, Câmara aprovou projetos da bancada feminina, como o que proíbe revista íntima de mulheres em empresas e em órgãos públicos

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: NICOLA PAMPLONA DO RIO

Título: SP pode levar US\$ 40 bi em nova licitação de petróleo

O mercado de petróleo no Brasil inicia duas grandes mudanças a partir desta semana: vai adotar um novo modelo de exploração e, ao mesmo tempo, cimentar a ascensão de São Paulo como grande produtor.

O governo federal realiza na quarta-feira (27) a 14ª rodada de licitações de áreas para exploração e produção. O leilão funciona como o primeiro teste das novas regras do setor de petróleo, que puseram fim à exclusividade da

Petrobras na exploração do pré-sal e flexibilizaram as obrigações de compras de bens e serviços no país.

Será o primeiro de nove leilões já previstos, com os quais a ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás e Biocombustíveis) espera atrair até US\$ 80 bilhões em investimentos.

Metade deve ficar em São Paulo, Estado que assumirá a segunda posição entre os maiores produtores de petróleo do país ainda em 2017 e é apontado como o principal foco de crescimento da atividade nos próximos anos.

A projeção é que os cofres do Estado e de municípios paulistas serão beneficiados com US\$ 52 bilhões em arrecadação de royalties.

COMPETIÇÃO

No leilão de quarta-feira, a ANP vai oferecer 287 blocos exploratórios, 57 deles no litoral paulista. Será a primeira vez, em dez anos, que águas rasas da bacia de Santos, fora da região do pré-sal, serão oferecidas ao mercado.

Os investidores esperam mais competição do que no leilão mais recente, em 2015, diante das mudanças regulatórias promovidas pelo governo Michel Temer.

O governo acatou uma série de demandas das petroleiras, alegando que precisa melhorar a atratividade em tempos de óleo barato.

"Quando a gente olha o quanto evoluiu a regulação, o quanto o governo abraçou a agenda do setor, imagino que vamos ter um leilão melhor do que o de 2015, mas ainda pior do que o de 2013, quando o petróleo estava mais caro", afirmou Antônio Guimarães, secretário-executivo do IBP (entidade que reúne as petroleiras).

Em 2015, foram arrematados apenas 14% das áreas ofertadas, com compromisso de investimento de R\$ 216 milhões. Em 2013, foram 49%, somando R\$ 5,8 bilhões.

Para o diretor-geral da ANP, Décio Oddone, o sucesso do leilão será medido "pela qualidade das empresas" que arrematarem áreas. A disputa tem 32 companhias inscritas, entre elas as gigantes ExxonMobil, dos Estados Unidos, Shell, do Reino Unido, e Total, da França.

A expectativa, porém, é que as maiores disputas se deem entre empresas de médio porte, já que as grandes devem se guardar para as duas rodadas de licitação do pré-sal no mês que vem.

Nelas, serão ofertadas sete áreas, três delas localizadas total ou parcialmente nos limites do litoral de São Paulo. A maior, Peroba, tem reservas estimadas em, no mínimo, 800 milhões de barris.

"As mudanças no setor de petróleo sinalizam para os próximos leilões da ANP um potencial muito grande de novos poços em São Paulo", comentou o secretário estadual de Energia, João Carlos Meirelles, para quem o Estado deve "despertar uma consciência petroleira".

No último ano, a produção de petróleo em São Paulo cresceu 25%, chegando em junho a 465 mil barris por dia, apenas 21 mil a menos que o Espírito Santo, segundo colocado entre os produtores nacionais, só atrás do Rio.

Estimativas da ANP apontam que, com as áreas oferecidas nos próximos leilões, o volume extraído no Estado crescerá 1,1 milhão de barris por dia até 2027, com a instalação de 11 plataformas.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor:

Título: Destino de bateria de carros elétricos será desafio do setor

À medida que os carros elétricos se aproximam mais e mais de uma presença regular no mercado, empresas estão se preparando para tratar de uma grande questão ambiental: o que fazer com suas baterias de lítio-íon quando elas se esgotarem?

Os milhões de pequenas baterias de lítio-íon usadas em toda espécie de produto, de smartphones a escovas de dente eletrônicas, já consomem grande volume de recursos -cerca de US\$ 2 bilhões em metais e minerais apenas em 2015, de acordo com a consultoria Roskill.

Quase todos esses componentes terminam em depósitos de lixo ou como parte de aparelhos que as pessoas deixam de usar, mas ainda guardam em suas casas. As baterias usadas em carros elétricos são muito maiores, duram entre oito e dez anos e responderão por 90% do mercado de baterias de lítio-íon em 2025, estima a Roskill, o que quadruplicará a demanda por lítio e mais que duplicará a demanda por cobalto -duas das matérias-primas essenciais para elas.

O preço do cobalto já subiu em mais de 80% neste ano.

No entanto, embora a reciclagem das baterias de lítio-íon de pequeno porte não seja uma prática generalizada, algumas empresas esperam que as coisas mudem no caso dos carros elétricos, e esperam lucrar com isso.

Um problema é que as baterias dos carros elétricos empregam diversos processos químicos, o que dificulta criar um processo padronizado de reciclagem. "Cada um emprega uma formulação própria", disse Linda Gaines, analista do governo americano. "As baterias chumbo-ácidas são muito mais simples."

A americana OnTo Technology quer contornar esse problema ao usar baterias expiradas para produzir materiais para eletrodos que poderão ser usados na fabricação de baterias novas, em lugar de decompor as baterias usadas e extrair seus componentes individuais.

"Em 2025, esse certamente será um setor robusto", disse Steve Sloop, fundador da empresa. "Daqui até 2020, vamos aprender sobre como colocar isso em prática."

As montadoras também estão pensando na reciclagem.

Elon Musk, fundador da Tesla Motors, tuitou em julho que a Gigafactory, a unidade de produção de baterias de sua empresa, em Nevada, seria "plenamente acionada por energia limpa, quando completa e incluirá reciclagem de baterias".

A China e a União Europeia já adotaram regras que tornam os fabricantes de automóveis responsáveis pela reciclagem de suas baterias.

Ainda assim, resta a questão de determinar se o setor estará disposto a usar materiais reciclados, disse Gaines. Fabricantes de pneus continuam relutantes em usar borracha reciclada, acrescentou.

Tradução de **PAULO MIGLIACCI**

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: NICOLA PAMPLONA ENVIADO ESPECIAL A ILHABELA

Título: Ilhabela vive benefício e risco dos royalties

Cerca de 10 quilômetros separam duas grandes estruturas de concreto inacabadas em Ilhabela, cidade turística no litoral norte de São Paulo. São

projetos iniciados com dinheiro dos royalties do petróleo, mas suspensos pelo Ministério Público.

Ao lado da orla repaginada com pavimentação colorida e esculturas do artista local Gilmar Pinna, os dois edifícios são os sinais mais visíveis da bonança vivida pela cidade desde o início da produção do campo petrolífero de Sapinhoá, na bacia de Santos, em 2013.

Também são um sinal de alerta. O município pode estar repetindo erros já cometidos por outras cidades no litoral norte fluminense, os primeiros novos-ricos do petróleo do país, que sofrem hoje com a queda nas cotações internacionais do barril.

Ilhabela é a principal beneficiada pela arrecadação de royalties e arrecadações especiais do petróleo em São Paulo. No primeiro semestre, recebeu R\$ 221,6 milhões, mais de cinco vezes o que ganhou a vizinha São Sebastião.

Entre 2012 e 2016, a receita do município cresceu 94%, já descontada a inflação -em 2016, foi a quarta cidade com maior receita per capita do país, com R\$ 12.812 por habitante. Para este ano, a previsão de receita é de R\$ 468 milhões, 11% a mais do que o realizado no ano anterior.

Os edifícios foram projetados para abrigarem um teatro e centro de convenções, mais um centro de educação em tempo integral. O primeiro foi embargado porque não respeita o código de posturas do município. O segundo, por danos ambientais.

Um terceiro projeto paralisado é o Aquabus, sistema de transporte aquaviário entre os dois extremos da ilha. Compradas por R\$ 1,46 milhão cada uma, as três embarcações do projeto estão paradas sem uso em uma marina da vizinha Caraguatatuba.

Prédios faraônicos e gastos com urbanização também foram comuns nas prefeituras do Rio durante a bonança. Assim como elevados gastos na contratação de artistas para shows gratuitos -em 2017, Ilhabela gastou mais de R\$ 6 milhões para shows e patrocínios a eventos.

Em estudo sobre o tema, divulgado em 2012, a consultoria Macroplan identificou que as prefeituras beneficiadas por royalties experimentaram crescimento desordenado, pressão por serviços públicos e não investiram em políticas para um desenvolvimento sustentável.

"O maior erro de prefeituras com royalties é transformar uma riqueza temporária em custos permanentes, que depois terão dificuldade de cortar", diz o presidente da consultoria, Cláudio Porto.

Um dos principais problemas detectados na pesquisa, diz ele, é o crescimento das despesas de custeio. Em Ilhabela, os gastos com pessoal cresceram 77% entre 2015 e a previsão para 2017, que é de R\$ 143,9 milhões.

"A prefeitura acelerou as obras na orla e deixou a desejar nos bairros", analisa a vereadora Salete Salvanimaís (PSB), que compõe um bloco de oposição à gestão do prefeito Márcio Tenório (PMDB).

Salete alerta para o risco de que o dinheiro do petróleo acelere o processo de crescimento desordenado da cidade, que tem 18 pontos de favelização detectados e apenas 40% das residências com saneamento básico.

A diarista Maria de Lurdes Jesus dos Santos, 37, vive num desses pontos, no bairro de Itaquanduba. Ela e os dois filhos, de 3 e 9 anos, moram em frente a um córrego onde corre esgoto a céu aberto.

"Em dias de muito calor, faz um mal danado para as crianças", diz a trabalhadora.

Tenório diz que saneamento e regularização fundiária são prioridades e terão um orçamento de R\$ 40 milhões por ano. A meta é universalizar o serviço de água e esgoto em quatro anos.

"As obras paradas são o maior desafio desse meu início de governo", disse à **Folha**. A prefeitura está refazendo os projetos em busca de aval para concluir as obras.

O peemedebista justifica os gastos com shows e eventos como investimento para atrair turistas para o município.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor:

Título: Países ricos voltam a devorar petróleo

Os esforços de toda uma década para reduzir o consumo de petróleo nos países industrializados correm o risco de serem revertidos, porque os preços baixos

dos combustíveis estão estimulando a demanda por petróleo e levando os motoristas a voltar a carros maiores e que consomem mais combustível.

A demanda por petróleo nos países da OCDE (Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico), que caiu entre 2005 e 2014, está crescendo rapidamente nos últimos três anos, depois que o preço do barril de petróleo recuou de mais de US\$ 100 para US\$ 55.

Se a tendência se mantiver, 62% da redução no consumo dos países da OCDE (grupo que reúne algumas das maiores economias do planeta) de 2008 para cá terá sido revertida até o fim de 2018.

O uso robusto do petróleo nos países desenvolvidos, depois de anos de expectativa de declínio -e em um período de alta no consumo pelos mercados emergentes-, gerou incertezas sobre quando a demanda mundial por petróleo atingirá um pico.

Algumas companhias de energia, como a anglo-holandesa Royal Dutch Shell, acreditam que isso vá acontecer na próxima década.

"Se o petróleo ficar no nível [de preço] atual, o declínio estrutural na demanda que todos estão esperando demorará mais a acontecer", afirmou Michael Cohen, analista de energia do banco britânico Barclays.

VELHOS HÁBITOS

Para ele, embora a demanda estivesse crescendo em razão da recuperação da economia dos EUA e da Europa, os preços mais baixos também tiveram peso na mudança, ao influenciar o comportamento dos consumidores.

"A melhora firme que vimos durante alguns anos nos padrões médios de consumo de combustível dos veículos agora praticamente desapareceu", disse Cohen.

"Embora nem todo motorista esteja comprando um utilitário esportivo, eles certamente não estão escolhendo veículos supereficientes em termos de consumo como os que selecionavam quando o petróleo estava acima dos US\$ 100 por barril."

Alguns analistas advertem que é preciso cuidado para evitar complacência ou ignorar a virada no consumo dos países desenvolvidos e suas implicações atuais, entre as quais a possível necessidade de mais suprimento.

"O problema com o mercado do petróleo no momento é que, embora pareça estar querendo incorporar a potencial desaceleração na demanda da década que vem, ao mesmo tempo vem ignorando a realidade fundamental que existe hoje", afirmou a consultoria Energy Aspects, do Reino Unido.

"Os investidores continuam fascinados por uma revolução na energia que ainda não se concretizou".

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Colunas

Autor: Celso Ming

Título: O carro elétrico lá fora e aqui

Recebido com ceticismo há sete anos, o carro elétrico veio para ficar e tomar o lugar dos veículos convencionais. A Agência Internacional de Energia informa que, em 2016, foram vendidos no mundo 750 mil veículos elétricos, novo recorde para o modelo. Sua principal contraindicação parece superada.

Não fazia sentido substituir as emissões de gás carbônico através dos canos dos escapamentos pelas das chaminés das termoelétricas, origem predominante de energia elétrica no Ocidente. Mas a matriz energética mundial está em rápida transformação. As opções limpas, especialmente de fontes solar e eólica, tendem a substituir a energia suja. O que ainda segura apostas firmes das montadoras são as limitações técnicas da bateria.

Ainda é cara demais (entre 30% e 40% do preço do veículo), pesada demais (cerca de 500 kg) e de autonomia ainda baixa (entre 100 e 300 km) nos modelos mais acessíveis. Mas os avanços são significativos. Fundamentalmente a mesma usada nos celulares, tende a ficar mais barata, tanto pelo aumento da escala de produção quanto pela atual corrida à mineração do lítio que deve expandir a oferta.

O relatório New Energy Finance de 2017, da Bloomberg, calcula que até 2030, quando 10% da frota mundial será de carros elétricos ou híbridos, o custo dessas baterias terá despencado em 73%. Cinco ou sete anos antes disso, os preços dos veículos elétricos terão se equiparado aos dos atuais modelos a combustão. Até lá, quem deve ganhar mais espaço nas ruas é o híbrido.

Mais barato, por não precisar de bateria com grande autonomia – que consiga percorrer cerca de 700 km até a recarga seguinte –, o modelo vai nortear por alguns anos o investimento das montadoras, já que o consumidor ainda precisa se adaptar ao cenário de carros 100% elétricos, com as mudanças no padrão de consumo que eles trazem. O ponto de virada talvez seja o início do

funcionamento da supermontadora da Tesla, em Reno, Estado de Nevada (Estados Unidos).

Lá deve ser fabricado o Tesla Model 3, cujo preço de venda está em US\$ 35 mil. Já há mais de 400 mil encomendas firmes. Os governos da França e do Reino Unido anunciaram que, até 2040, carros com motores movidos a combustível fóssil não poderão mais ser vendidos.

A China também estuda proibição equivalente. A Volkswagen acaba de anunciar investimentos de R\$ 20 bilhões para que todos os modelos do grupo já venham com opções a energia limpa. A Smart avisou que pretende produzir apenas carros elétricos a partir de 2020. Até 2022, a Renault- Nissan planeja vender 12 novos modelos 100% elétricos. A BMW está mais adiantada.

Desde 2013 tem marca própria para elétricos e híbridos. Aqui no Brasil, as coisas parecem emperradas. Quando começou a ser preparado, o programa Rota 2030, a nova política para o setor, pretendia centrar benefícios fiscais na eficiência energética dos carros. Mas, por pressão das montadoras, o novo programa deve incluir os veículos convencionais – na contramão do que acontece no resto do mundo.

Apesar disso, as chinesas BYD e Chery anunciaram intenção de produzir carros elétricos no Brasil e a Toyota tem projetos para o Prius. No estágio atual do segmento, preço e aumento na oferta tendem a evoluir favoravelmente. Mas o problema do peso e da autonomia da bateria avançam mais devagar. O objetivo é melhorar a densidade energética – para carregar mais e aumentar a autonomia – sem elevar o peso das baterias. A recompensa para quem chegar à frente é muito alta.

“A bateria já avançou muito, mas a fronteira dela ainda não foi alcançada”, observa a especialista da FGV Energia Tatiana Bruce. Outra questão à espera de equacionamento é a provável sobrecarga no sistema elétrico quando a frota ganhar densidade. Mas há quem não veja problema nisso. Estudo da Companhia Paulista de Força e Luz calcula que o consumo adicional de energia ficará entre 0,6% e 1,6%, se o número de elétricos no Brasil atingir entre 4% e 10% do total até 2030.

COM AMANDA PUPO

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Anne Warth

Título: Com perda de usinas, Cemig será forçada a focar em distribuição

Governo conta com a licitação para arrecadar R\$ 11 bilhões e cumprir a meta fiscal; elétrica tenta adiar o leilão

Após uma batalha judicial que começou há quatro anos, a Cemig está prestes a perder o controle de algumas de suas principais usinas hidrelétricas. O momento não poderia ser mais crítico para a companhia. Após anos de expansão, a empresa sofrerá um corte nos ganhos com geração de energia e, segundo especialistas, terá de garantir sua rentabilidade com a distribuição de eletricidade dentro de Minas Gerais.

Na semana passada, a União conseguiu derrubar na Justiça todas as liminares que impediam o leilão das usinas de Jaguará, São Simão, Miranda e Volta Grande, marcado para esta quarta-feira. O governo conta com a licitação para arrecadar R\$ 11 bilhões e cumprir a meta fiscal.

A Cemig corre contra o tempo para adiar a disputa e conseguir um financiamento. A briga começou em 2012, quando a ex-presidente Dilma Rousseff anunciou o programa de redução da conta de luz, que cortou as tarifas em 20% para o consumidor. A Cemig não aceitou as condições do governo, pois a energia produzida pelas usinas não seria mais vendida a preços de mercado e passaria a ser remunerada apenas para cobrir custos de operação e manutenção (regime de cotas).

Desde o início das discussões, a Cemig alega que o contrato das usinas de Jaguará, São Simão e Miranda continha cláusulas que previam uma renovação automática das concessões por mais 20 anos, sem redução de receitas. Já o governo argumentou que essa prorrogação não era uma obrigação, mas sim uma opção.

Não é à toa que a Cemig tem brigado tanto para ficar com as usinas. Juntas, essas hidrelétricas representam 36% do parque gerador da companhia. Mais do que isso, as usinas foram uma enorme fonte de receitas para a empresa. Desde 2013, a energia dessas usinas passou a ser comercializada pela empresa a preços de mercado.

O período coincidiu com uma das piores secas da história do País, o que fez com que a energia atingisse o preço de R\$ 822,83 por megawatt-hora (MWh) em algumas semanas de 2014, rendendo cifras bilionárias para a companhia. Quando o STJ derrubou a liminar que mantinha a usina de São Simão sob seu controle, em setembro de 2015, as receitas da Cemig com transações no mercado à vista despencaram – de R\$ 2,4 bilhões para R\$ 161 milhões em 2016.

Desde então, a empresa tem operado as usinas com liminares. Ao mesmo tempo, o nível de endividamento da companhia dobrou. A queda de receitas

deve se aprofundar neste ano. Em abril, as usinas de Jaguará e Miranda também passaram a adotar o regime de cotas. Para reduzir o endividamento, a Cemig anunciou em junho a intenção de vender R\$ 6,5 bilhões em ativos, como a distribuidora Light, participações nas hidrelétricas de Santo Antônio e Belo Monte e empresas como Taesa e Renova.

Investimentos. Analistas e especialistas do setor elétrico apontam algumas das razões que levaram a empresa a uma situação tão desfavorável. Para o professor Nivalde de Castro, coordenador do Grupo de Estudos do Setor Elétrico (Gesel) da UFRJ, o fato de a construtora Andrade Gutierrez ser uma das principais acionistas levou a Cemig a investimentos questionáveis, como Santo Antônio e Belo Monte.

A construtora anunciou que vai vender a participação na companhia. “A Andrade Gutierrez tinha o direito de indicar a diretoria de Novos Negócios da Cemig, e esses investimentos podiam ser feitos sem aprovação da diretoria. Isso era de interesse da construtora, e não da Cemig”, afirmou Castro. Procurada, a Andrade Gutierrez não comentou.

De acordo com o presidente do Instituto Acende Brasil, Claudio Sales, estudos realizados pela entidade mostram que o desempenho das estatais do setor elétrico é sempre muito pior que o das empresas privadas, não apenas pelo desvio de função, mas também pela burocracia inerente ao setor público. “A Cemig é mais um exemplo nefasto do uso político de estatais”, afirma Sales.

“Para qualquer empresa, é complicado ter um controlador financeiramente frágil. É o caso de Minas Gerais e de outros Estados do País, que gerenciam suas empresas de forma a serem grandes geradoras de dividendos”, diz o pesquisador sênior do Gesel da UFRJ, Roberto Brandão.

O presidente da consultoria Thymos Energia, João Carlos Mello, acredita que a companhia terá um novo perfil. “Será uma nova empresa, menor. E terá de se reformular e se adaptar a margens de lucro menores na geração.”

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor:

Título: Elétrica une adversários mineiros

Criada há 65 anos por iniciativa do então governador do Estado Juscelino Kubitschek, a Cemig está tão associada à imagem de Minas Gerais que conseguiu unir até mesmo adversários como o governador Fernando Pimentel (PT) e o senador Aécio Neves (PSDB) em sua defesa. Pimentel criou a campanha

publicitária “Mexeu com Minas, mexeu comigo”. Já Aécio se reuniu com o presidente Michel Temer para tentar interceder a favor da companhia.

A bancada mineira no Congresso também tem se movimentado intensamente pela causa. Um dos mais ativos é o vice-presidente da Câmara, deputado Fábio Ramalho (PMDB-MG). Coordenador da bancada mineira no Congresso, ele promete retaliar e votar contra todos os projetos do governo Temer caso o pleito da empresa não seja atendido. Em julho, políticos e empresários publicaram uma carta aberta nos jornais para protestar contra o leilão.

A carta foi assinada por Pimentel e por prefeitos mineiros, além de representantes do setor privado, como o presidente da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg), Olavo Machado. Além do grande risco de perder quase 40% da sua capacidade de geração de energia, a Cemig pode ter de encarar outro problema enorme envolvendo as usinas de Jaguara, São Simão e Miranda.

O governo Michel Temer quer que a empresa devolva todo o dinheiro que recebeu com a venda da energia dessas três usinas nos últimos três anos. A questão promete gerar um embate de anos nos tribunais. A estimativa é que a Cemig tenha lucrado R\$ 3 bilhões vendendo energia dessas usinas. Esse dinheiro seria revertido para reduzir as tarifas de energia./ A.W.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Fernanda Nunes Denise Luna

Título: Licitação de óleo e gás atrai 32 companhias

Das empresas interessadas, seis nunca participaram de um leilão no País, entre elas, uma da Malásia e outra da Alemanha

Com a adoção de regras mais flexíveis para as petroleiras, o governo Michel Temer conseguiu atrair 32 empresas em seu primeiro leilão de áreas de petróleo e gás natural, a 14.ª Rodada de Licitações. Desse grupo, seis nunca participaram de um leilão no Brasil. Entre elas, há uma companhia da Malásia, uma da Alemanha e outra da Índia. As outras três estreantes são brasileiras.

A expectativa do **Ministério de Minas e Energia (MME)** e de agentes do mercado é que a concorrência seja melhor que a anterior, de 2015. No leilão, que será realizado na quarta-feira, serão oferecidos 287 blocos, reunidos em 29 setores de 9 bacias sedimentares. Para levar uma área, as petroleiras têm de apresentar a melhor oferta de bônus de assinatura, um pedágio pago à União pelo direito de explorar e produzir petróleo e gás nas bacias brasileiras.

Os bônus mínimos variam de R\$ 5,34 milhões a R\$ 31,47 milhões para os blocos marítimos, os mais promissores. Para as áreas terrestres, vão de R\$ 30,8 mil a R\$ 712,5 mil. Segundo o diretor da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), Waldyr Barroso, no leilão, “as áreas ofertadas estão localizadas em bacias de elevado potencial, de novas fronteiras e bacias maduras”.

As bacias marítimas de Campos, Santos, Espírito Santo e Sergipe-Alagoas são as mais tradicionais e também para onde estão direcionadas as maiores apostas das petroleiras. “As ofertas dessas áreas têm o objetivo de recompor e ampliar as reservas e a produção brasileira de petróleo e gás natural e de atender a crescente demanda interna”, disse Barroso.

Na Bacia de Campos, especialmente, há a perspectiva de descoberta na região de pré-sal. Estudos feitos pela agência reguladora demonstram estruturas parecidas com as de áreas da Bacia de Santos, onde estão as principais promessas de produção, como a área de Libra.

Na audiência pública de apresentação do leilão ao mercado, técnicos da ANP informaram que, na Bacia de Campos, o bloco mais promissor é o 346, localizado a 3 mil metros de profundidade, “que chama atenção pela extensão e proeminência”, de acordo com a agência. O bloco está localizado fora do polígono do pré-sal, território em que toda descoberta deve ser compartilhada com a União, sob o regime de partilha.

Por isso, embora a promessa seja de descoberta no pré-sal, foi incluído na 14.^a Rodada, de concessão e não de partilha. No passado, ainda no governo de Dilma Rousseff, a área chegou a ser incluída em leilões, mas foi retirada em seguida por ordem da ex-presidente, que pretendia reservá-la à Petrobrás, segundo fontes.

Já as áreas de maior risco estão localizadas nas Bacias do Paraná, Parnaíba e Pelotas. Nesses casos, o governo busca ampliar o conhecimento geológico da região, que hoje é praticamente inexistente. Um especialista do mercado, que não quis se identificar, afirmou, no entanto, que a insegurança do investimento na Bacia de Pelotas é grande, porque ali o licenciamento ambiental tende a ser mais complexo.

Um dos desafios da 14.^a Rodada de Licitações é o preço do petróleo. Está na casa dos US\$ 50 por barril, menos da metade do que chegou a valer em 2014.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Seção: Economia****Autor:****Título: Regras mais flexíveis fizeram aumentar interesse**

No leilão anterior, grandes petroleiras não participaram em protesto às exigências mínimas de conteúdo local

Embora o preço do petróleo esteja jogando contra, o País tem a seu favor nesta 14.ª Rodada de Licitações regras mais flexíveis. As exigências de aquisição de equipamentos e serviços nacionais, por exemplo, ficaram mais brandas. Em vez de cumprir percentuais mínimos de aquisição local para cada item contratado, as petroleiras, a partir de agora, vão ter de comprovar o cumprimento no conjunto de cada fase – na exploração e no desenvolvimento da produção.

Além disso, os percentuais mínimos de conteúdo local foram bastante reduzidos. Nos blocos marítimos, os mais promissores, variavam de 37% a 65%, em média, no leilão anterior. Agora, vão de 18% a 40%. Assim, é esperada a participação das grandes petroleiras, que, em protesto, não participaram da 13.ª Rodada. “Em um ano, avançamos muito no ambiente regulatório. O edital trouxe novas regras de conteúdo local. O Repetro (regime aduaneiro especial para a importação de equipamentos) está para ser aprovado no Congresso. Houve mudanças nos royalties, reduzidos para as áreas de mais risco.

O contrato de concessão da 14.ª Rodada evoluiu muito. Tudo isso faz com que a chance de sucesso seja maior”, avalia Antonio Guimarães, secretário-executivo de Exploração e Produção do Instituto Brasileiro do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (IBP), que reúne as grandes petroleiras. O consultor David Zylbersztajn está otimista com a licitação e vê um “cardápio variado” na oferta do governo, o que pode atrair todos os tipos de empresa.

Ex-diretor-geral da ANP, Zylbersztajn tem sido procurado por empresas interessadas no leilão. Ao contrário de 2015, quando recomendava prudência, agora dá sinal verde para investimentos no setor. “Desta vez, o processo é mais transparente e mais fácil de ser entendido”, diz.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Seção: Economia****Autor: Renée Pereira****Título: Royalties do pré-sal enriquecem Ilhabela**

Cidade recebe um terço dos recursos do petróleo de São Paulo; prefeitura ganhou sede nova, mas moradores reclamam de falta de infraestrutura

Enquanto a maioria dos municípios brasileiros amarga uma grave crise fiscal, sem dinheiro para nada, a turística Ilhabela, no litoral paulista, vê suas receitas se multiplicarem ano após ano. Desde que entrou para o rol dos “novos ricos” do pré-sal, a cidade virou uma fábrica de inaugurações.

Só neste mês, a prefeitura entregou para a população nove novas obras, que vão de pontes e quadras poliesportivas a pavimentação de ruas. Essa tem sido a rotina da prefeitura desde que o Campo de Sapinhoá, na Bacia de Santos, entrou em operação em 2013.

Hoje, Ilhabela é a cidade que mais recebe royalties do petróleo em São Paulo, com 32,5% de todo o volume do Estado. Para se ter uma ideia do avanço, no 1.º semestre de 2011, a cidade arrecadou com royalties R\$ 21,385 milhões e no 1.º semestre deste ano, foram R\$ 148,202 milhões, um aumento de 593%. “Os royalties já representam 70% do nosso orçamento; hoje somos reféns desses recursos.”, afirma o prefeito Márcio Tenório PMDB), eleito no ano passado.

Segundo ele, sem esse dinheiro, a prefeitura só teria caixa para pagar os salários funcionários, que consomem 27% do orçamento. “Por isso, temos de trabalhar bem o destino desses recursos, porque ele tem prazo de validade.” Há, no entanto, controvérsias em relação à escolha dos projetos.

Enquanto a ala empresarial elogia as melhorias na aparência da cidade, os moradores reclamam da falta de infraestrutura. Uma parte dos grandes investimentos feitos até agora beneficia a área turística da cidade, que ganhou cara nova nos últimos anos. As mudanças aparecem já na entrada de Ilhabela com uma enorme escultura, em aço, do artista Gilmar Pinna.

A obra faz parte do projeto de revitalização que padronizou as calçadas na praça, fez o alargamento das vias e um estacionamento. O projeto custou R\$ 9 milhões e foi inaugurado no ano passado. A cidade, conhecida como a capital da vela, também ganhou uma sede nova para a prefeitura, o empreendimento consumiu outros R\$ 17 milhões. Inaugurado em 2016, o complexo suntuoso chama a atenção pelo tamanho e por ser construído em vidro espelhado.

No total, são sete blocos que abrigam as secretarias municipais, o gabinete do prefeito e um auditório. Bem cuidada. Nas ruas da ilha, de 35 mil habitantes, tudo parece em ordem. Os imóveis são bem cuidados, as pontes são novas, a ciclovia ganhou alguns quilômetros a mais e os ônibus têm ar-condicionado e Wi-Fi. “Percebemos que houve muita melhora nos últimos anos, especialmente para o turista.

Há calçamento nas ruas do centro e os prédios públicos estão bem cuidados”, afirma Daniel Juliano Fernandes, trabalhador de um hostel na Praia de Perequê. O presidente da Associação Comercial e Empresarial de Ilhabela, Wilson Santos, diz que também houve grandes avanços na parte de eventos promovidos pela prefeitura na baixa temporada, o que ajuda o comércio local.

O Miss Brasil 2017, por exemplo, foi realizado na ilha. Para os moradores, porém, é hora de melhorar a infraestrutura dos bairros onde vivem. “Até agora só vimos o investimento na parte de turismo; nos bairros, as coisas continuam igual”, afirma Dioneia Conceição Afonso. A reclamação é compartilhada por Patrícia Gonçalves, trabalhadora de uma banca de jornal.

“A estrutura das escolas também precisa melhorar; tem dia que pedem até papel sulfite.” O prefeito Márcio Tenório garante que essa é a bandeira da gestão atual. “Vamos transformar a cidade com os royalties”, diz ele, referindo-se ao novo plano plurianual e criticando a administração anterior. Na semana passada, uma das obras inauguradas por ele foi a pavimentação de ruas nos bairros.

Outra iniciativa foi destinar 10% da arrecadação dos royalties para saneamento básico. Hoje, apenas 42% dos moradores da cidade têm rede de esgoto. Neste ano, já serão aplicados R\$ 27 milhões em uma nova estação de tratamento de esgoto. Em 2018, serão investidos outros R\$ 83 milhões. “Em quatro anos, queremos universalizar os serviços de saneamento básico”, diz o prefeito.

Outra medida será regularizar a questão fundiária. A cidade tem 15 núcleos de moradias irregulares. A meta da prefeitura é zerar o déficit habitacional, de 700 casas. “Acabamos de lançar um pacote de R\$ 41 milhões em obras; isso significa geração de emprego e renda para a população local.”

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Denise Luna

Título: Macaé quer renascer com os novos leilões

Macaé foi escolhida em 1978 para ser sede da Petrobrás na bacia de Campos, uma imensa região petrolífera que agora começa a se esgotar. No início, quando ainda não existia o pagamento de royalties, a agricultura e a pescaria dominavam a economia da cidade que fica a três horas da capital fluminense, na região nordeste do Estado.

Com a aprovação da Lei do Petróleo, em 1997, os royalties passaram a ser relevantes para as cidades produtoras, e Macaé consolidou a imagem de capital

nacional do petróleo. Sua população pulou do patamar de 40 mil na década de 1970 para mais de 200 mil habitantes atualmente.

Mas nos últimos sete anos a produção de petróleo da bacia de Campos deixou a marca dos 2 milhões de barris por dia em 2010, auge da sua produção, para cerca de 1,4 milhão de barris diários atualmente. O preço do petróleo caiu pela metade e os leilões de áreas para exploração foram interrompidos.

“Passamos de 163 mil postos de trabalho em 2012 para 125 mil este ano, essa é a grande mazela da crise”, lamenta o prefeito de Macaé, Aluizio dos Santos Júnior (PMDB). Para ele, os investimentos para recuperação de poços maduros da Bacia de Campos e a retomada dos leilões do governo podem trazer esperança para a cidade.

A cada sonda instalada na bacia, mil empregos eram gerados, lembra o presidente da Associação Comercial e Industrial de Macaé, Emerson Esteves, lamentando que agora é o inverso. “Se 20 sondas deixam a bacia, 20 mil perdem o emprego”, avalia o empresário. Com a volta dos leilões e a expectativa da exploração de campos maduros, a previsão é de que em alguns anos a cidade pode voltar a empregar e a receber royalties mais expressivos.

“É fundamental investir na bacia de Campos, por isso é importante que se aumente o fator de recuperação da bacia (hoje em 24%, contra média mundial de 35%) e que a produção volte a aumentar”, conclui o prefeito.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Economia

Autor:

Título: Geração solar aumenta, mas abaixo do potencial

É difícil imaginar que alguém possa ignorar o sol no Brasil. No entanto, por muito tempo foi assim, ao menos do ponto de vista de energia. Só recentemente, com a redução de custos de equipamentos, o país correu atrás desse recurso, cuja exploração cresce a passos largos. No ano passado, 6 mil novas usinas fotovoltaicas e 48 megawatts (MW) de potência foram adicionados ao sistema. Até setembro de 2017, foram mais 6,7 mil unidades de geração e 54,4 MW. Em junho, foi inaugurado o maior parque do país, em Bom Jesus da Lapa (BA), com capacidade para iluminar 166 mil lares — 150 mil a mais do que há na cidade.

Mas, apesar de tantas vantagens econômicas, financeiras, sociais e ambientais, ainda estamos muito distantes do potencial do país. O Brasil tem incidência solar suficiente para atingir 28 mil gigawatts (GW) de potência, 163 vezes o

potencial hídrico, de 172 GW, e 64 vezes o eólico, de 440,5 GW. Outra vantagem é que há extensas áreas de solo subutilizadas economicamente, nas quais podem ser instalados painéis solares. Para avançar, dizem especialistas, é preciso superar a barreira do financiamento.

Em termos globais, houve incremento de 70 GW de energia solar em um único ano, com a aposta forte da China na fonte renovável, explica o vice-presidente da Associação Brasileira de Energia Solar (Absolar), Hewerton Martins. “Há uma percepção errada de que essa é uma energia cara. Hoje, é muito competitiva”, afirma. “O Brasil deve chegar ao primeiro gigawatt no fim do ano”, diz. A hidrelétrica de Itaipu, por exemplo, pode gerar até 14 GW de energia.

O secretário de Mudanças do Clima e Floresta do Ministério do Meio Ambiente, Everton Lucero, destaca a importância desse tipo de geração para o país cumprir o acordo ambiental de Paris. “Precisamos encarar o desafio climático como uma oportunidade, e não como uma limitação, com vistas a uma economia de baixo carbono”, afirma. Lucero assinala que a matriz energética brasileira é “relativamente limpa se comparada com a média mundial”. Ainda assim, o setor energético é o que mais emite carbono, com 37% de participação. “Temos a meta de obter 45% de energias renováveis, sendo que 28% a 33% da nossa matriz deve ser de fonte não hídrica”, diz.

Além da vantagem ambiental, a energia solar pode ser utilizada como vetor de desenvolvimento social. A especialista russa Alina Gilmanova, doutoranda da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), mostra experiências de outros países. “Não adianta olhar só os exemplos de nações desenvolvidas. É importante conhecer os exemplos que usam a energia solar como política social. Na China, 3 milhões de famílias recebem renda complementar equivalente a R\$ 1,5 mil por ano com a comercialização de energia solar, graças a programas governamentais”, conta.

Vantagens

Com tantas vantagens, a ampliação da geração solar no país esbarra apenas no financiamento. José Job Borges Mundim, dono da empresa Usesolar, destaca que, para pessoas físicas, não há linhas de crédito para financiar o serviço, apenas os equipamentos. “A perspectiva de crescimento do setor para 2017 é de 400%. Mas os aparelhos são quase commodities, não dá para ter margem. O diferencial é no tipo de trabalho, no projeto, na instalação e na consultoria, mas não há crédito para serviços”, explica. Ainda assim, Mundim diz que a taxa de conversão em venda é de 4 a 6 para cada 100 orçamentos.

O presidente da Associação Brasileira de Síndicos Profissionais, Paulo Melo, defende o fortalecimento da microgeração. “Se os bancos públicos derem

financiamento para os condomínios, eles se tornarão autossuficientes. Podemos abastecer as áreas comuns e as unidades dos condôminos. O investimento se pagaria em cinco anos”, calcula. No entanto, diz, as geradoras e as distribuidoras criam empecilhos porque “perderiam lucro”.

O especialista em energia Cristiano Augusto Trein, da Rede de Pesquisadores Associados (Repeas), assinala que o investimento em energia solar é indispensável para tornar as cidades inteligentes. “Mais de 80% da população brasileira vive em cidades, isso representa um desafio no desenvolvimento urbano. Por ser planejada, Brasília pode servir de exemplo, com smart grid, um sistema integrado de troca de informação pela rede elétrica. A energia solar é a fonte energética que mais pode colaborar neste sentido”, afirma.

Trein destaca que, para Brasília ser uma vitrine de cidade inteligente, o ponto de entrada deveria ser a implementação de energia solar em escolas públicas e universidades. “Além de aliviar a renda das instituições, isso permitirá a capacitação, colocando no DNA dos estudantes o contato intenso com a energia solar”, sugere. O especialista reconhece, contudo, que a energia solar superou a barreira da viabilidade econômica, mas ainda encontra dificuldade de financiamento. “Temos que pensar além. A energia solar pode se tornar uma ferramenta de ação de governo”, acrescenta.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Economia

Autor:

Título: R\$ 21,4 bi com leilões

Em meio a sinais de recuperação da atividade econômica, o governo inicia na quarta-feira, 27, uma série de leilões com os quais pretende levantar, no mínimo, R\$ 21,4 bilhões até o fim do ano. A expectativa é de que haja disputa pelos negócios e de que o interesse das empresas eleve a arrecadação do governo. Se isso ocorrer, a equipe econômica diz que será possível liberar mais recursos contingenciados do Orçamento.

Na quarta-feira, o governo colocará à venda quatro usinas hidrelétricas da estatal mineira Cemig, cujos contratos venceram e não foram renovados, e um conjunto de 29 áreas para exploração de óleo e gás em mar e em terra. Só com esse pacote, a expectativa mínima de arrecadação é de R\$ 12,64 bilhões. Os investimentos atrelados a eles são da ordem de R\$ 2,3 bilhões.

“Será um dia para ficar na história”, disse o secretário especial do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI), Adalberto Vasconcelos. “Ficará claro o interesse dos investidores nacionais e estrangeiros.”

Embora o preço mínimo pelas quatro hidrelétricas tenha sido fixado em R\$ 11,05 bilhões no total, é dado como certo que a arrecadação será maior. Segundo o governo, pelo menos quatro grupos demonstraram interesse. A própria Cemig deverá participar do leilão e tentar recomprar suas usinas.

O governo está otimista também com a quantidade de empreendedores que se inscreveram para a disputa de áreas de óleo e gás, a chamada 14ª rodada. Nos últimos meses, a União promoveu uma série de mudanças na regulação do setor para atrair investimentos.

Além de mudar as regras de obrigatoriedade de uso de componentes de fabricação nacional, foi criado um novo regime tributário para o setor, de modo a dar mais segurança jurídica às empresas.

“Em petróleo, teremos novos investidores que não participaram dos leilões anteriores”, disse Carlos Roberto Siqueira Castro, sócio sênior do Siqueira Castro Advogados. A aprovação da lista com mais 57 projetos a serem oferecidos à iniciativa privada, com ativos como o Aeroporto de Congonhas, também “movimenta positivamente o mercado”, acredita.

A série de leilões seguirá em outubro. No dia 27, vão a leilão as áreas da 2ª e 3ª rodadas de óleo e gás, essas no pré-sal. Até o fim do ano, também será vendida a Lotex, ao preço mínimo de R\$ 922 milhões.

Pelo perfil dos ativos colocados à venda, especialistas consideram baixo o risco de o governo arrecadar menos do que o previsto com esses negócios. Nos últimos três anos, as estimativas de receitas com concessões ficaram R\$ 21,6 bilhões abaixo do previsto no Orçamento. A frustração ocorreu principalmente pela dificuldade de elaborar estudos e preparar os regulamentos para realizar os leilões.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Cidades

Autor: Pedro Grigori

Título: À beira de um colapso

Após estiagem de mais de 120 dias, as primeiras gotas de chuva que caíram sobre o Distrito Federal, sexta-feira, estão longe de reverter a crise hídrica, que caminha agora para um capítulo mais grave. Em setembro, o volume da Barragem do Descoberto caiu, em média, 0,4 ponto percentual por dia. Se a vazão de água permanecer semelhante nas próximas semanas, terça-feira, os marcadores chegarão a 18%, o pior nível da história. Em 50 dias, o reservatório responsável por abastecer 60% do capital secará. Para piorar, o Instituto

Nacional de Meteorologia (Inmet) espera chuvas abaixo da média histórica em outubro e um próximo trimestre sem temporais consideráveis.

No reservatório de Santa Maria, a situação é semelhante: 30,9% do volume total, o pior da história. Para reverter o cenário e evitar o colapso no abastecimento hídrico, Maurício Ludovice, presidente da Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal (Caesb), se apoia em três pilares: chuva, novas obras de captação e cooperação da população. Somados, os subsistemas do Lago Paranoá e do Bananal rendem 1,4 mil litros de água por segundo à disposição dos brasilienses. Porém, mesmo se o cronograma for mantido e as obras entregues nas próximas semanas, os subsistemas começarão captando apenas a metade do possível, 350 l/s cada. A vazão aumentará gradativamente nos 90 dias em que as operações serão assistidas pelas construtoras responsáveis.

Sem chuvas e novas captações, a responsabilidade volta a cair sobre a população. A ampliação do racionamento para, no mínimo, dois dias de corte, pode sair do papel em breve, basta os reservatórios do DF fecharem o mês abaixo do previsto pela curva de acompanhamento (veja quadro), criada pela Agência Reguladora de Águas, Energia e Saneamento Básico (Adasa). Para evitar um possível caos, a Defesa Civil se prepara para a possibilidade de abastecer escolas, creches, asilos, presídios, hospitais e centros de saúde com caminhões-pipa caso o racionamento aumente para 48 horas.

Até dezembro, Ludovice afirma que as regiões do Guará I e II, Candangolândia, Núcleo Bandeirante e parte de Águas Claras, que atualmente são abastecidos pelo Descoberto, passarão para o Sistema Santa Maria.

Problema antigo

“Pretendemos integrar todos os sistemas de abastecimento do DF, para que nenhum fique sobrecarregado. Além de investir em novas obras, estamos com trabalhos para reduzir as perdas de água da Caesb, mas para reverter a crise hídrica e se preparar para a próxima temporada de seca, precisamos de apoio da população”, conta Ludovice.

Um dos primeiros sinais da seriedade da crise hídrica ocorreu em novembro de 2016, quando o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT) recomendou o estado de racionamento de água no DF — aviso acatado pelo governo só dois meses depois. O mesmo documento, porém, indicava que, se a situação se agravasse, o racionamento deveria ser ampliado, algo que ainda não ocorreu.

A promotora de Justiça de Defesa do Meio Ambiente Marta Eliana de Oliveira acompanha de perto a situação hídrica da capital há décadas, e relata que houve um planejamento mal direcionado. “Nos anos 1990, as obras do Corumbá IV eram anunciadas e tidas como ‘água para 100 anos’. Mesmo com a execução começando apenas em 2011, o recurso de lá era considerado pelo governo há muito tempo. Sempre que pediam uma licença ambiental para um novo sistema habitacional, perguntavam à Caesb se tinha água e a companhia concordava, contando com os recursos de Corumbá. Assim, construiu-se uma realidade em que os nossos reservatórios não dão conta de abastecer a população”, observa.

A promotora critica a postura política das últimas décadas de apenas contar com a água que viria, sem se preocupar em cuidar da produção. “O governo começou a não cuidar dos nossos mananciais e nascentes. Se isso não for mudado, vamos ficar sempre buscando água mais longe quando uma captação secar. E deve levar-se em conta também o prejuízo financeiro disso. Vivemos em um planalto, a água de Corumbá IV, por exemplo, é bombeada para cima, e isso é algo que traz custos altos”, ressalta Marta Eliana.

Falta de planejamento

Antes dos anúncios de Corumbá IV nos anos 1990, a professora Marília Peluso, do Departamento de Geografia da Universidade de Brasília (UnB), lembra que na construção de Brasília, os engenheiros diziam que, devido à quantidade de água de rios e nascentes na região, a nova capital nunca teria problemas de abastecimento. “Isso me entristece muito, pois é o reflexo de uma falta de planejamento e de cuidado com as nossas nascentes. Não precisaríamos estar na situação atual, indo procurar água em outros estados”, afirma.

Segundo a professora, as chuvas dos próximos meses ainda não serão capazes de aumentar o nível dos reservatórios. “A água precisa infiltrar no solo, para só depois trazer alguma diferença nas réguas que medem o volume das barragens”, adianta. Devido à construção de residências próximas às áreas de nascente, Marília Peluso alerta para o sedimento dos rios e a perda na qualidade da água. “Os primeiros temporais carregam terra, entulho e poeira para os rios. Assim, a água fica barrenta, necessita de maior tratamento e demora para que o nível dos reservatórios suba”.

Memória

Recorde negativo

Até a semana passada, o pior momento da crise hídrica do Distrito Federal havia ocorrido em 13 de janeiro, quando o reservatório do Descoberto registrou

18,85%. Um dia antes do recorde negativo, a Caesb anunciava que, a partir de 16 de janeiro, 1,8 milhão de brasilienses passariam a enfrentar o racionamento de água. Passados oito meses, não há expectativa de quando a medida será finalizada.

Volume

19,7%

Percentual referente ao volume dos reservatórios do Descoberto em medição realizada ontem

30,9%

Nível da água na Barragem de Santa Maria ontem

MME / ASCOM .